

**Parecer nº 43/98**

Data: 1998.04.29

Processo nº 363

**Requerente:** José Martins da Silva.

**I - O pedido**

O Dr. José Martins da Silva, advogado, na qualidade de procurador de Emília da Encarnação Silva, requer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer favorável para acesso à ficha e ao relatório clínico de Leonídio Gouveia, marido da sua constituinte, já falecido, documentos esses relativos ao período em que esteve internado no Hospital de Santa Maria, em especial os que contenham informação desse internamento no dia 13 de Fevereiro de 1997.

Declara o requerente que pretende ter acesso a esses documentos para “esclarecer e comprovar o estado de saúde de Leonídio Gouveia no dia 13 de Fevereiro de 1997, dado que, sendo conhecido o estado grave em que se encontrava, internado no hospital com períodos de inconsciência e incapacidade de locomoção foi feita, através de documento bancário datado desse dia, uma transferência de elevada importância da sua conta bancária para a de um terceiro.

**II - Os factos**

Considera-se provada, através de fotocópia da respectiva procuração, que ao requerente foram outorgados os poderes forenses que invoca.

Quanto ao alegado vínculo conjugal, faz dele prova o assento de óbito de Leonídio Gouveia, de que foi junta fotocópia.

Também se considera assente o facto, alegado pelo requerente, de que a sua constituinte, viúva e herdeira de Leonídio Gouveia, necessita de aceder aos referidos documentos clínicos para instruir processo judicial.

### **III - O Direito**

A Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações clínicas, desde que satisfaçam as seguintes condições:

- que demonstrem interesse directo e pessoal (nº 2 do artigo 7º);
- que a invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA (nº 3 do artigo 8º);
- que indiquem um médico através do qual deverão ser prestadas as informações requeridas (nº 2 do artigo 8º).

É posição assente da CADA que o interesse directo e pessoal existe sempre que os dados clínicos contidos no documento a que se pretenda aceder se destinem a fazer valer direitos ou a contestar obrigações eventualmente decorrentes da morte da pessoa a quem dizem respeito.

A finalidade invocada pelo requerente e que acima se considerou veraz permite, assim, fundamentar o interesse directo e pessoal da sua referida constituinte no acesso aos documentos que pretende.

### **Parecer**

Nestes termos, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, emitir parecer favorável ao requerido acesso à ficha e ao relatório clínico de Leonídio Gouveia que permita apurar o seu estado de saúde, níveis

de consciência por efeito da doença ou medicação, e sua efectiva estadia no Hospital de Santa Maria, durante todo o dia de 13 de Fevereiro de 1997, devendo tais documentos ser facultados através de médico a designar pela interessada.

Envie-se o presente parecer ao requerente e ao Hospital de Santa Maria.

Lisboa, 29 de Abril de 1998.

*Narana Coissoró (Relator) - José Magalhães - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente)*